

# Uma Cronologia da História do Ensino Superior Militar em Portugal

Major-general  
João Jorge Botelho Vieira Borges



Capitão-de-mar-e-guerra  
António José Duarte Costa Canas



## 1. Introdução

O objectivo da presente cronologia passa por apresentar, de modo sucinto, os grandes marcos da História do Ensino Superior Militar (ESM) em Portugal, agregando, de modo muito resumido, os acontecimentos e as instituições mais significativas dos três ramos das Forças Armadas.

Com a consciência de que nem tudo passa pela data da criação das instituições de ESM e de que estas não são imunes à evolução do próprio ensino superior em Portugal ou mesmo na Europa, tentámos encontrar alguns critérios, necessariamente discricionários, só compensados pela vantagem duma visão conjunta e integrada. Assim, consideramos

“nesta” cronologia, as instituições (e acontecimentos) militares de ensino superior ou equivalente (de acordo com a conjuntura histórica<sup>1</sup>), tendo por base, quer a legislação de criação, quer a equiparação de docentes, lentes, disciplinas ou cursos (formação de quadros superiores - Oficiais). O nível académico, a criação de saber, a investigação, a constituição de um corpo docente universitário fixo e, sobretudo, o reconhecimento do grau académico final dos alunos, são alguns dos requisitos que levaram a que algumas escolas militares de formação (e de excelência!) não fossem aqui incluídas (como as Escolas Práticas das Armas/Serviços no Exército, os Institutos Hidrográfico<sup>2</sup>, Geográfico<sup>3</sup> e de Psicologia, o CMEFD, o Instituto de Altos Estudos de Defesa e o seu sucessor, o Instituto da Defesa Nacional...). Incluímos assim, na resumida descrição de cada instituição, os documentos criadores, os fundadores, e as expressões mais significativas da missão, desde que relacionadas directamente com o ESM.

Mesmo considerando a opção por uma apresentação muito resumida e trabalhada em conjunto por dois militares (e com o apoio da Direcção da Academia da Força Aérea) de diferentes ramos das Forças Armadas, considerámos importante incluir, no final, algumas das fontes mais directamente relacionadas com a História do ESM em Portugal. O espaço para a caracterização dos diferentes cursos, para o estudo e análise da relação entre o ensino superior e as sucessivas reestruturações, pode aí ser encontrado e servir de incentivo a um trabalho conjunto de cariz mais vasto, que Portugal já merece...

## 2. Cronologia

1525 - “**Escola de Vila Viçosa**”, criada pelo 5º Duque de Bragança, D. Teodósio, onde se ensinavam humanidades, mas também esgrima e equitação, “de grande vantagem para todos os mancebos que se destinassem à carreira das armas”.

1559 - “**Aula do Cosmógrafo-Mor**”, sob os auspícios de Pedro Nunes, que formou pilotos e outros oficiais de bordo, e que é considerada a antecessora da Escola Naval.

1641 - “**Aula de Artilharia e Esquadria**”, por Decreto de 13 de Maio de 1641, do rei D. João IV e fundada por Luís Serrão Pimentel, constituiu a “primeira escola de ensino superior militar em Portugal”. Destinava-se ao ensino teórico e prático dos artilheiros ou bombardeiros da nómima.

1647 - “**Aula de Fortificação e Architectura Militar**”, que passaria mais tarde a designar-se por “**Academia Militar da Corte**”. Naquela Aula ensinava-se Matemática, Fortificação e Castrametação.

1701 - “**Academias de Fortificação**”, nas províncias, criadas por D. Pedro II, a 20 de Julho, com destaque para a de Viana do Minho e, mais tarde (1732), para as de Elvas e Almeida.

1761 - “**Real Colégio dos Nobres**”, criado a 7 de Março, e destinado a formar os oficiais de Infantaria e Cavalaria, enquanto a “Academia Militar da Corte” ficava com o encargo de formar os oficiais de Artilharia e Engenharia.

1779 - “**Academia Real de Marinha**”, criada por Carta de Lei de 5 de Agosto, da rainha D. Maria I (na dependência da Secretaria da Marinha), que preparava oficiais para a Marinha e o Exército, tendo entretanto sido extinta a “Academia Militar da Corte”.

1782 - "**Companhia dos Guardas-Marinhas**", criada por Decreto de 14 de Dezembro, da rainha D. Maria I. Estrutura destinada ao enquadramento e instrução militar dos futuros oficiais de Marinha, sendo a formação académica obtida na Academia Real de Marinha.

1790 - "**Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho**" (ARFAD), por Carta de Lei de 2 de Janeiro, da rainha D. Maria I. Os lentes eram equiparados em honras e vencimentos aos da "Academia Real de Marinha" e da "Universidade de Coimbra", os cursos eram de 3 e 4 anos e os candidatos faziam os preparatórios na "Academia Real de Marinha". De acordo com o Doutor Montalvão Machado, foi "a primeira escola verdadeiramente científica destinada ao ensino superior das matérias que interessavam ao oficialato do Exército português".

1796 - "**Academia Real dos Guardas-Marinhas**", criada por Carta de Lei de 1 de Abril. Destinada a formar exclusivamente oficiais de Marinha, passando a integrar a "Companhia de Guardas-Marinhas".

1802 - "**Real Colégio Militar**", fundado por António Teixeira Rebelo, e destinado inicialmente aos filhos dos oficiais do corpo de artilharia da Corte, substituir-se-ia, até 1849, à ARFAD e à EE nos cursos para oficial de cavalaria ou infantaria em algumas situações. É o antecessor do Colégio Militar.

1808 - "**Academia Real dos Guardas-Marinhas**", no Brasil, entre 1808 e 1822, devido às invasões francesas e à fuga das elites nacionais para aquele território.

1810 - "**Academia Real Militar do Rio de Janeiro**", no Brasil, criada em 4 de Dezembro (na sequência duma Academia fundada em 1793, pelo Conde de Resende, mas para praças), destinada a formar oficiais de artilharia e de engenharia.

1817 - "**Academia Militar de Goa**", criada em 16 de Julho (seria extinta em 1841 e substituída pela Escola Matemática e Militar de Goa), em substituição da aula de marinha (1759), da de artilharia (1784 e da de fortificação (1812), destinada a formar oficiais de artilharia e de marinha para as forças militares e navais privativas do Estado da Índia.

1837 - "**Escola Politécnica**", criada por Decreto de 11 de Janeiro e que substituiria a "Academia Real de Marinha". Ficava na dependência do Ministério da Guerra e dava os preparatórios para habilitação aos cursos de aplicação das escolas técnicas: militares e civis.

1837 - "**Escola do Exército**" (EE), criada por Decreto de 12 de Janeiro, pelo marquês de Sá da Bandeira, e que remodelou a ARFAD. "Os cursos passam a ser equiparados aos demais cursos superiores" e o método de ensino, honras e vencimentos equiparados à Escola Politécnica. É a antecessora da Academia Militar.

1845 - "**Escola Naval**" (EN), criada por Decreto Real de D. Maria II e em substituição da "Academia Real dos Guardas Marinhas". O ensino dos oficiais da Marinha Mercante seria separado desta EN em 1903, com a criação da Escola Náutica.

1911 - "**Escola de Guerra**", em substituição da "Escola do Exército", por Decreto referendado pelo Governo provisório e datado de 25 de Maio, em face da implantação da República e da adopção da forma miliciana na organização do Exército.

1911 - "**Escola Central de Oficiais**", criada pelos artigos 410º e 412º da organização do Exército, com o fim de preparar tenentes, capitães e majores, com vista à promoção ao posto superior. Foi reestruturada em 1926 pelo Decreto-Lei nº 11856 de 5 de Julho (regulamentado pelo Decreto-Lei nº 13646 de 21 de Maio). É a antecessora do Instituto

de Altos Estudos Militares.

1911 - “**Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e de Mar**”, criado pelo Decreto-Lei de 25 de Maio, mas que só em 1976/77 ministraria ensino superior reconhecido. É o antecessor do Instituto Militar dos Pupilos do Exército, que ministra actualmente cursos do ensino básico, secundário e superior politécnico destinados tanto a filhos de militares como de civis.

1919 - “**Escola Militar**”, em substituição da “Escola de Guerra”, por Decreto do Governo de 10 de Maio e logo após o final da I GG.

1920 - “**Curso Naval de Guerra**”, criado pela Portaria nº 2137, de 3 de Fevereiro, junto do Estado-Maior Naval. Destinado a preparar oficiais para funções de Estado-Maior.

1937 - “**Instituto de Altos Estudos Militares**”, criado na sequência da Lei nº 1960, que pelo Decreto-Lei nº 30264, de 10 de Janeiro, o coloca na dependência do Estado-Maior do Exército. Destinava-se a ministrar os cursos de “Altos Comandos” e os cursos para major e oficial do corpo de Estado-Maior. Suspenso em Junho de 1974, retomaria as actividades em Outubro de 1976 (Decreto-Lei nº 338/76) com novos cursos.

1938 - “**Escola do Exército**” em substituição da “Escola Militar”, pela nota nº 1809 de 26 de Julho, do Ministério da Guerra.

1948 - “**Instituto Superior Naval de Guerra**”, criado pelo Decreto-Lei nº 37130, de 4 de Novembro. Destinava-se a preparar oficiais para funções de Estado-Maior e para promoção a oficial superior e a oficial general.

1951 - O primeiro ano de **formação comum** dos oficiais passa a ser ministrado na EE (destacamento da Amadora).

1956 - “**Academia Militar**”, em substituição da EE, pelo Decreto-Lei nº 42151 de 12 de Fevereiro, tendo por objectivo “a preparação dos oficiais dos três ramos das forças armadas num único agrupamento de estabelecimento de ensino”. Pelo Decreto-Lei nº 678/76 de 1 de Setembro, era concedido o grau de licenciado aos seus alunos. O actual estatuto é aprovado pelo Decreto-Lei nº 302/88, de 2 de Setembro, regulamentado pela Portaria nº 425/91 de 24 de Maio de 1991.

1966 - “**Escola de Estudos Superiores da Força Aérea**” (EESFA), criada pelo Despacho nº 659 de 23 de Novembro, do Secretário de Estado da Aeronáutica, onde passaram a ser ministrados anualmente cursos de Comando e Estado-Maior, de Chefia e Emprego Tático de Serviços e Estágios de Aperfeiçoamento, destinados a proporcionarem a oficiais com o posto de capitão, as habilitações consideradas necessárias à sua promoção a oficial superior.

1971 - “**Escola Superior da Força Aérea**” (ESFA), criada pelo Decreto-Lei nº 49/71, de 23 de Fevereiro, em substituição da EESFA. Após a interrupção de um ano lectivo em 1974/75, a ESFA recomeçou as suas actividades nos termos do Decreto-Lei nº 641/75, que unificou os três cursos até então ministrados, num único, comum a todos os quadros de oficiais, designado por Curso Geral de Guerra Aérea.

1973 - Cursos de engenharia civil, mecânica e electrónica, ministrados a alunos civis (para além dos militares) na Academia Militar, até 1980.

1976 - Primeiro curso ministrado na FAP para a preparação para desempenho das funções de Oficial General, pelo Despacho nº 18/76, do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Até então, os Oficiais Superiores da Força Aérea frequentavam o Curso de Altos

Comandos no Instituto de Altos Estudos Militares.

1977 - **“Instituto Superior Militar”**, criado pelo Decreto-Lei nº 241/77 de 21 de Junho, e destinado a habilitar os sargentos a ascenderem a oficiais. Tem como antecessora a Escola Central de Sargentos, criada em 21 de Julho de 1896.

1978 - **“Academia da Força Aérea”** (AFA), criada pelo Decreto-Lei nº 27/78, de 27 de Janeiro, como um “estabelecimento de ensino superior destinado a formar oficiais para o QP da Força Aérea e a ministrar cursos que se revelem de interesse para o desenvolvimento dos conhecimentos aeronáuticos a nível nacional”. O primeiro curso de Oficiais Pilotos-aviadores, totalmente ministrado na AFA (Sintra), teria lugar em 1982. O estatuto inicial foi aprovado pelo Decreto-Regulamentar nº 20/88, de 3 de Maio, regulamentado pela Portaria nº 11/91, de 4 de Janeiro. O actual estatuto é aprovado pelo Decreto-Regulamentar nº 32/97, de 6 de Setembro.

1978 - **“Instituto de Altos Estudos da Força Aérea”**, criado pelo Decreto-Lei nº 318/78 de 4 de Novembro, em substituição da ESFA, a fim de ministrar o Curso Superior de Guerra Aérea, o Curso Geral de Guerra Aérea e outros cursos e estágios determinados pelo CEMFA.

1979 - O ESM forma os primeiros alunos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (dois alunos da Guiné-Bissau) na EN (e depois em 1986 na AM), acção de cooperação técnico-militar que continua ainda nos dias de hoje na EN, na AM (responsável pelo vestibular comum) e na AFA.

1991 - Primeiro curso da **Guarda Nacional Republicana (GNR) na AM**, pelo Decreto-Lei nº 173/91 de 11 de Maio, ao conferir o grau de licenciatura em Ciências Militares, especialidade GNR.

1991 - A Força Aérea altera o modelo de formação dos seus oficiais técnicos do QP, passando a ministrar-lhes cursos politécnicos. É criado um Departamento de Ensino Politécnico sob a responsabilidade do Comandante da AFA.

1992 - **Ano de Formação Geral Comum**, no destacamento da Amadora (AM) com o primeiro ano comum aos três ramos das Forças Armadas e GNR (Despacho nº 7/MDN de 1992), o qual se manteria até 1996.

1994 - **“Escola do Serviço de Saúde Militar”**, criada por Decreto Regulamentar nº 4/94 e que tem por missão principal a formação superior para os QP dos três ramos das Forças Armadas e forças militarizadas nos domínios da Enfermagem e Tecnologia da saúde.

1994 - **“Escola Superior de Tecnologias Militares Aeronáuticas”**, criada pelo Decreto-Lei nº 300/94, de 16 de Dezembro, como Estabelecimento Militar de Ensino Superior Politécnico (em Sintra), destinado a formar oficiais técnicos para o QP da Força Aérea. O respectivo estatuto é aprovado pelo Decreto-Regulamentar nº 32/97, de 6 de Setembro.

1996 - **“Laboratório de Aeronáutica”**, inaugurado em 22 de Novembro de 1996, por S. Exa. o MDN Dr António Vitorino, é um centro de investigação aeroespacial, utilizado por professores e alunos da AFA nas suas actividades académicas e por diversas instituições de ensino e de investigação, nacionais e estrangeiras.

1996 - **“Escola Superior Politécnica do Exército”**, criada pelo Decreto-Lei nº 248/96 de 24 de Dezembro. Estabelecimento militar de ensino superior politécnico que tem por missão formar os oficiais técnicos dos QP oriundos das classes de sargentos (sucessora

do ISM).

1996 - “**Escola Superior de Tecnologias Navais**”, criada pelo Decreto-Lei nº 255/96 de 24 de Dezembro. Estabelecimento militar de ensino superior politécnico que tem por missão formar os oficiais técnicos dos QP oriundos das classes de sargentos e praças. Anteriormente, estes cursos de acesso à categoria de oficial, por parte de sargentos e praças, eram ministrados na Escola Naval.

2000 - Primeiro “**Centro de Investigação**” na Academia Militar (CINAMIL), por Despacho de 4 de Dezembro do General CEME.

2000 - **Avaliação Externa** do ESM (EN, AM e AFA) pela Federação das Universidades Portuguesas, na sequência do disposto na Lei nº 38/94 de 21 de Novembro e do Decreto-Lei nº 88/2001 de 23 de Março, que veio proceder à integração dos EMES no sistema de avaliação instituído pela Lei da avaliação do ensino superior. Este ciclo englobaria os anos de 2000 a 2004.

2002 - Primeira **Pós-Graduação** em “Guerra de Informação”, ministrada pela AM a alunos civis e militares.

2004 - O Curso Geral de Guerra Aérea passa a conferir uma **Pós-Graduação conducente a Mestrado**, em parceria com a Universidade Autónoma de Lisboa.

2005 - Primeiro **Mestrado** em História Militar, ministrado pela AM (em cooperação com a Universidade dos Açores, que concede o grau académico) a alunos militares e civis.

### 3. Considerações Finais

Esta visão de conjunto do ESM em Portugal é demonstrativa do quanto foi, do quanto é, e do quanto continuará a ser importante, como vector estrutural da Instituição “Forças Armadas”.

Liderando ou acompanhando a própria evolução ou as reestruturações do Ensino Superior em Portugal (como a de Passos Manuel), na Europa (Processo de Bolonha) e no Mundo (evolução do sistema político internacional e do fenómeno da “guerra”), o ESM tem Tradição, tem História e tem uma Especificidade muito própria, que urge cuidar a bem dum futuro melhor.

Em poucas linhas de dados cronológicos, é também perceptível que, mesmo sem os necessários comentários explicativos, as fronteiras da formação dos quadros superiores das Forças Armadas não se circunscreveram à Instituição Militar. O ESM contribuiu, com as suas componentes científica, técnica, comportamental e militar, para o desenvolvimento do País e para a formação de Líderes (militares e civis), que marcaram, mais ou menos directamente, a História de Portugal e do Mundo.

### Bibliografia

AA. VV., *Esboço Histórico do Ensino Superior Militar em Portugal*, Lisboa, Academia

Militar, 1959.

AA. VV., *Os primeiros cem anos da Escola Naval*, [Alfeite], [Escola Naval], [1945].

AA. VV., *200 anos da Companhia de Guardas-Marinhas e da sua Real Academia*, [Alfeite], [Escola Naval], [1982].

Almeida d'Eça, Vicente M. M. C., *Nota sobre os Estabelecimentos de Instrução Naval de Portugal. Principalmente sobre a Escola Naval*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

Antunes, José Ricardo da Costa Silva, *Apontamentos para a História da Escola do Exército*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886.

Carvalho, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

Ribeiro, José Silvestre, *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, 19 vols., Lisboa, Academia Real das Ciências, 1871-1914.

Sampaio, Rui Manuel de Almeida Trigueiros, *História da Academia Militar*, I Vol., Lisboa, Academia Militar, 1991.

Sena, Camilo, *A Escola Militar de Lisboa - História, Organização, Ensino*, Lisboa, Academia Militar, 1922.

Simões, J. M. Oliveira, *A Escola do Exército, Breve Notícia da sua História e da sua Situação Actual*, Lisboa, Academia Militar, 1892.

---

1 É o caso da Aula do Cosmógrafo-Mor, que fornecia habilitações para os pilotos, que eram "oficiais menores". Os capitães, não tinham qualquer formação técnica, sendo oriundos da nobreza, que era também a fonte dos oficiais que operavam em terra.

2 Criado pelo Decreto-Lei nº 43177, de 22 de Setembro de 1960, possui uma Escola de Hidrografia com um corpo docente com mestres e doutores que, para além de formar técnicos de nível médio atribui graus de pós-graduação em cooperação com universidades nacionais e estrangeiras.

3 Criado em 1993, por Despacho Ministerial nº 72/MDN de 30 de Junho, é o herdeiro do espólio e das tradições cartográficas militares, desenvolve acções de investigação científica e tecnológica no domínio da cartografia e colabora em várias licenciaturas e pós-graduações.

---

\* Sócio Efectivo da Revista Militar. Assessor de estudos no IDN e professor na Academia Militar.

\*\* Professor na Escola Naval.